

**EFEITOS
DISCURSIVOS
DA PANDEMIA:
INCIDÊNCIAS
DO BIOPODER
SOBRE OS
PROFISSIONAIS DE
EDUCAÇÃO EM
SANTA CATARINA**

**EFFECTOS DISCURSIVOS DE LA PANDEMIA: INCIDENCIAS DEL BIOPODER EN LOS
PROFESIONALES DE LA EDUCACIÓN DEL ESTADO DE SANTA CATARINA**

**DISCURSIVE EFFECTS OF THE PANDEMIC: INCIDENCES OF BIOPOWER ON EDUCATION
PROFESSIONALS IN SANTA CATARINA**

Ana Cláudia Fabre Eltermann*

Renata Santos**

Filipe Mendes Neckel***

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: Devido à pandemia de COVID-19 que assola o mundo desde 2020, muito tem-se refletido sobre os seus efeitos sobre o corpo social. O objetivo deste artigo é discutir os tensionamentos nos discursos a respeito da educação, principalmente do fechamento das escolas durante a pandemia em dois momentos: início da pandemia (março/2020) e seu auge (março/2021). Apresentamos, como quadro teórico, os conceitos de biopolítica (FOUCAULT, 2005; 2014; ESPOSITO, 2017); necropolítica

* Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: anaeltermann@gmail.com.

** Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: brenatasantos@gmail.com.

*** Pós-doutorando do programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: filipeneckel@gmail.com.

(MBEMBE, 2018); governamentalidade (FOUCAULT, 1979b); e *economicização* (BROWN, 2017; 2018). O escopo deste trabalho recaí sobre os discursos veiculados em uma plataforma de notícias do estado de Santa Catarina. A escolha do período se deu com o intuito de contrastar possíveis diferenças nos discursos do início da pandemia e naqueles de um ano depois. Como resultado, percebemos uma mudança de postura por parte do governo a respeito do fechamento das escolas de março de 2020 para março de 2021.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19. Discurso sobre educação. Biopolítica. Necropolítica.

RESUMEN: Debido a la pandemia de COVID-19 que asola al mundo desde marzo de 2020, mucho se ha reflejado en sus efectos en el cuerpo social. El propósito de este artículo es discutir la tensión en los discursos sobre la educación, principalmente el cierre de escuelas durante una pandemia en dos momentos: el inicio de la pandemia (marzo/2020) y el pico de la pandemia (marzo/2021). Presentamos, como marco teórico, los conceptos de *biopolítica* (FOUCAULT, 2005; 2014; ESPOSITO, 2017); *necropolítica* (MBEMBE, 2018); *gubernamentalidad* (FOUCAULT, 1979b); y *economización* (BROWN, 2017; 2018). El alcance de este trabajo recae en los discursos difundidos en una plataforma de noticias del estado de Santa Catarina. El período se eligió para contrastar posibles diferencias en el discurso del inicio de la pandemia y los del año siguiente. Como resultado, vemos un cambio de actitud por parte del gobierno con respecto al cierre de escuelas de marzo de 2020 a marzo de 2021.

PALABRAS CLAVE: COVID-19. Discurso sobre la educación. Biopolítica. Necropolítica.

ABSTRACT: Due to the COVID-19 pandemic that has been ravaging the world since March 2020, much thought has been given to its effects on the social body. This article aims to discuss the tensioning in the discourse regarding education, mainly the school closure during a pandemic in two moments: the beginning of the pandemic (March/2020) and its peak (March/2021). The theoretical framework is based on the following concepts: *biopolitics* (FOUCAULT, 2005; 2014; ESPOSITO, 2017); *necropolitics* (MBEMBE, 2018); *governmentality* (FOUCAULT, 1979b); and *economization* (BROWN, 2017; 2018). The scope of this work falls on the discourses reported on a news platform in the state of Santa Catarina. The period was chosen in order to contrast possible differences between the discourses of the beginning of the pandemic and those of the next year. The results point to a change in attitude on the part of the government regarding the school closure from March 2020 to March 2021.

KEYWORDS: COVID-19. Discourse about education. Biopolitics. Necropolitics.

1 INTRODUÇÃO

O vírus da COVID-19, descoberto no final de 2019, na cidade de Wuhan, na China, logo se propagou para o resto do mundo, levando a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 30 de janeiro de 2020, a considerar a doença uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), sendo classificada como pandemia em março de 2020. Devido a sua gravidade, em especial por causa de seu potencial de transmissão, diversas medidas foram tomadas no mundo inteiro para amenizar os seus riscos à saúde e seus efeitos econômicos, tais quais: quarentenas obrigatórias; fechamento de fronteiras; restrição de circulação de pessoas em espaços públicos; distanciamento social; e políticas compensatórias. Os países, no entanto, lidaram de forma diferente no combate à pandemia, variando entre sistemas de *lockdown*, flexibilização de medidas ou mesmo a negação de sua gravidade.

No Brasil, o primeiro caso confirmado ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, chegando, no começo de março, a dois casos confirmados e mais de 400 casos suspeitos. O primeiro caso de transmissão interna foi registrado no dia 5 de março, e no dia 16 as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo registram casos de transmissão comunitária, em que não é possível identificar a origem da contaminação, levando o país a adotar novas estratégias de contenção e prevenção da doença, dentre elas o fechamento de escolas e a adoção do ensino remoto¹.

O presidente da República, no entanto, em uma atitude negacionista, diversas vezes amenizou a gravidade da pandemia, criticando, em pronunciamentos, as medidas de prevenção, e contrariando especialistas e autoridades sanitárias do mundo todo, além de

¹ Diferentemente do ensino a distância (EaD), que envolve além de plataformas digitais escolhas metodológicas pensadas principalmente para atividades assíncronas, o ensino remoto está relacionado à realização de atividades de ensino mediadas pela tecnologia, mas baseado nos princípios do ensino presencial, incluindo também encontros síncronos.

culpabilizar a imprensa pelo que chamou de “sensação de pavor” e “histeria”. Em sua visão, a COVID-19 era apenas uma “gripezinha”, de modo que era preciso que a vida “continuasse”, para manter a economia: “Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa” (BOLSONARO, 2020).

Governadores e prefeitos assumiram, por vezes, posturas que estavam de acordo ou contra o discurso do presidente, ora restringindo, ora flexibilizando as medidas de prevenção e enfrentamento da COVID-19. Em Santa Catarina, o governador do estado, inicialmente, sancionou decretos que restringiram a circulação de pessoas, através do fechamento de escolas e do comércio, do cancelamento de eventos e da suspensão da circulação de transportes coletivos, entre outras medidas. Destacamos, em especial, o Decreto nº 509, de 17 de março de 2020 (SANTA CATARINA, 2020a), que suspendeu em todo o estado, por 30 dias, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal.

No entanto, um ano depois, em março de 2021, observamos que muitas das medidas foram flexibilizadas, com restrições apenas de horários ou de limites de ocupação de pessoas, embora o número de casos confirmados (SANTA CATARINA, 2021) de COVID-19 em Santa Catarina tenha saltado de 235 (com 2 óbitos), em 31 de março de 2020, para 806.929 casos (com 10.885 óbitos), em 31 de março de 2021. Inclusive, a partir da Lei nº 18.032, de 8 de dezembro de 2020, as atividades educacionais passam a ser consideradas atividades essenciais no estado de Santa Catarina, tornando-se obrigatórias mesmo em situação de emergência ou calamidade pública (SANTA CATARINA, 2020b).

Assim, neste artigo, buscamos discutir os tensionamentos nos discursos a respeito da educação e do fechamento das escolas durante a pandemia, no estado de Santa Catarina, em dois momentos: início da pandemia (março/2020) e auge da pandemia (março/2021). Para tanto, delimitamos nosso *corpus* a uma plataforma de notícias *on-line* de grande impacto no estado. Optamos por uma publicação *on-line* devido à ampla circulação e à facilidade de recuperação das notícias. Na impossibilidade de analisar todas as notícias sobre o tema publicadas desde o início da pandemia no escopo deste artigo, optamos por dois recortes de tempo: março/2020 e março/2021. Essa escolha foi feita com o intuito de contrastar possíveis mudanças nos discursos desde o início da pandemia até o ano seguinte, momento em que uma segunda onda da doença estava em vigor.

Acreditamos que os discursos presentes na mídia não são neutros, mas, ao contrário, reverberam relações de poder. Os posicionamentos dos jornalistas, muitas vezes, remetem a um imaginário que polariza a “salvação das pessoas” e “a salvação da economia”. Nesse sentido, estão relacionados a um contexto neoliberal em que a saúde das pessoas pode ser sacrificada em prol de uma suposta manutenção de empregos; e são sempre os mesmos grupos de pessoas que podem correr o risco. Desse modo, as discussões serão feitas com base nos seguintes conceitos: *biopolítica* (FOUCAULT, 2005, 2014; ESPOSITO, 2017), *necropolítica* (MBEMBE, 2018), *governamentalidade* (FOUCAULT, 1979b); *economicização* (BROWN, 2017, 2018).

2 ABORDAGENS CONCEITUAIS E TEÓRICAS

Antes de apresentar a discussão a respeito dos discursos sobre a educação e o fechamento das escolas, é preciso elucidar os conceitos nos quais tal discussão está embasada. O primeiro e mais central desses conceitos é o de biopolítica. O termo parte dos gregos, que distinguiam duas formas de compreender a vida: a *bíos*, a vida “qualificada”, vida política, vida cidadã; e a *zoé*, a vida nua, natural, não qualificada, não política. Para Esposito, (2017, p. 21) “[...] a biopolítica remete, quando muito, à dimensão de *zoé*, ou seja, à vida na sua simples manutenção”, sendo, portanto, uma política sobre a vida e, em última instância, de controle da vida. Sob essa perspectiva, o interesse do governo já não é sua própria conservação, a manutenção de suas estruturas, mas os governados, o bem-estar daqueles que governa, o poder governamental se aplica à vida dos governados “não só para defendê-la, mas para desenvolvê-la e maximizá-la” (ESPOSITO, 2017, p. 49).

No entanto, de acordo com Esposito (2017, p. 12), a noção de biopolítica carrega uma dupla tendência: “[p]or um lado, uma crescente superposição do âmbito da política, do direito e da vida; por outro, como derivação, parece, uma implicação igualmente

estreita com a morte.” Esse paroxismo da biopolítica está justamente no fato de que uma política de fazer viver, de potencializar a vida, é também uma política de controle que oprime e, no limite, mata para fazer viver.

Assim, o Estado passa a ter o poder de decidir sobre o corpo, este, de acordo com Foucault, é justamente o lugar sobre o qual o poder incide, “uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico” (FOUCAULT, 2005, p. 286). Segundo Foucault, a ideia de população está diretamente ligada à biopolítica, a população é justamente o corpo sobre o qual incide o poder, “[é] um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, [...]. É a noção de população” (FOUCAULT, 2005, p. 292). A biopolítica se dirige, portanto, aos fenômenos que ocorrem numa população, incidindo sobre os corpos, não no que é da ordem do indivíduo propriamente, mas no que é global, com o intuito sempre de potencializar a vida: “[n]ão se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, [...] em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação.” (FOUCAULT, 2005, p. 294).

Os mecanismos acionados para promover esse tipo de intervenção são também discursivos, desde estimativas estatísticas (lembrando que a estatística também é um discurso) até tecnologias disciplinares e regulamentadoras. Nesse sentido, Foucault (2005, p. 302) destaca a importância da norma, “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar.” Sob essa perspectiva, o poder não é unidirecional, não é apenas um poder de lei, pelo contrário, o que faz com o que poder se sustente é justamente sua positividade, “[...] ele [o poder] produz o discurso; é preciso considerá-lo como uma rede produtiva que passa através de todo o corpo social muito mais que como uma instância negativa que tem como função reprimir” (FOUCAULT, 2014, p. 22).

O poder, nesse caso, não é entendido como uma propriedade, ninguém detém o poder, este é, sim, entendido como uma função (FOUCAULT, 1979a) que passa pelos corpos, por todos os extratos sociais, não é apenas vertical, do Estado para o povo, é difuso, atua em várias direções: “Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui”. (FOUCAULT, 1979a, p. 75).

Dessa forma, o poder é ubíquo, onipresente, em todos os lugares há relações de poder e é preciso lembrar que a norma também regula. Biopolítica está, portanto, diretamente ligada ao governo. Para Foucault, há governos em vários níveis, o governo do Estado é apenas uma modalidade de governo; no entanto, “todos esses governos estão dentro do Estado ou da sociedade” (FOUCAULT, 1979b, p. 280). A ideia de um corpo social, a noção de população, leva a uma mudança na forma de governar do Estado, o objeto do governo passa a ser, para além do território, as pessoas; há múltiplas finalidades além da própria manutenção do Estado:

[...] a população aparecerá como o objetivo final do governo. Pois qual pode ser o objetivo do governo? Não certamente governar, mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc. E quais são os instrumentos que o governo utilizará para alcançar estes fins, que em certo sentido são imanentes à população? Campanhas, através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se deem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população, etc. (FOUCAULT, 1979b, p. 289)

O interesse se volta para o corpo social também na medida em que é esse corpo que produz; governar passa a ser também sobre gerir corpos para gerar mais produção. Como a população passa a ser o objetivo central do governo, a família, que antes era modelo de governo, passa a ser quantificável (natalidade, saúde, renda) e se transforma em uma questão econômica interna à população (enquanto ideia de corpo social), se tornando um instrumento de governo. Assim, o Estado cria um saber sobre a população para poder intervir nela. Nesse sentido, o discurso estatístico é uma importante técnica biopolítica de governo: são levantados dados sobre a população criando saberes que informam o Estado sobre a melhor maneira de intervir para promover o bem-estar social, posto que biopolítica é um poder de potencializar a vida. É a isso que Foucault (1979b) se refere ao abordar o conceito de governamentalidade: “[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 1979b, p. 291-292).

São justamente essas análises, reflexões, cálculos e táticas, essa nova técnica de governo que tem por finalidade a população que está no cerne da biopolítica, o que está em jogo não é um poder de morte (como o que tinha o soberano), mas um poder de fazer viver e, ao mesmo tempo, deixar morrer.

A partir da noção de biopoder de Foucault, Mbembe (2018) cunha o termo *necropolítica* para se referir às formas de subjugação da vida ao poder da morte. Ele, portanto, expande a noção de biopoder para as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, faz do assassinato seu objetivo primeiro e absoluto. Não é mais uma política voltada para a produção da vida, mas sim para uma aniquilação em larga escala, que é justificada apelando-se à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo. No momento em que não só a vida é gestada, mas também a morte, aqueles que estão no poder podem decidir quem pode viver e quem deve morrer. Essa escolha é a expressão máxima da soberania; matar ou deixar viver são seus atributos fundamentais. Nesse sentido, “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2018, p. 41). Certas populações são, então, sacrificadas em detrimento de outras, pois algumas vidas são vistas como valendo mais.

Essa ideia de que certas populações possuem mais “valor” do que outras está diretamente relacionada, na contemporaneidade, com o ideal neoliberal. Segundo Brown (2018), a marca crucial do neoliberalismo é a conversão de domínios, atividades e sujeitos não econômicos em econômicos, aquilo que ela chama de *economicização*. A economicização neoliberal converte, discursivamente, toda pessoa em capital humano, de modo que o sujeito não é considerado apenas membro de uma empresa, mas uma empresa em si. Com isso, “[...] a conduta, os fins e a valorização de cidadãos [...] invertem a liberdade originalmente prometida pelo neoliberalismo” (BROWN, 2018, p. 7).

De acordo com Brown (2017), o sujeito neoliberal contemporâneo é de tal forma integrado e subordinado ao objetivo imperante do crescimento macroeconômico que, facilmente, seu próprio bem-estar é sacrificado, em prol de “propósitos maiores”. Sendo assim, substitui-se a concepção de indivíduos que naturalmente vão atrás de seus interesses pela de cidadãos responsabilizados, que autoinvestem em um contexto marcado por vicissitudes e necessidades macroeconômicas, que são imprevisíveis e instáveis. O *homo oeconomicus* opera, portanto, em um contexto de risco, de contingência e de mudanças violentas, com o qual deve se alinhar, se quiser prosperar. Caso não consiga, pode ser legitimamente eliminado ou reconfigurado. Nessa lógica, o “trono do interesse” é substituído pelo “trono do sacrifício” (BROWN, 2017, p. 269).

Revela-se então uma lógica que combina um pensamento simplificador sobre o capital humano de empresas de sucesso com um discurso nacional-teológico de sacrifício moralizado, um sacrifício necessário à saúde e sobrevivência do todo. Sacrifício moralizado que resolve artificialmente o paradoxo da conduta não recompensada, prescrita de maneira normativa pelo neoliberalismo. (BROWN, 2018, p. 9)

Com isso, clama-se pelo ideal liberal clássico de autonomia e liberdade, mas esse ideal é esvaziado a partir do momento que os diversos benefícios de seguridade social são eliminados, trazendo como efeito uma “geração de indivíduos extremamente isolados e desprotegidos, em risco permanente de desenraizamento e de privação dos meios vitais básicos, completamente vulneráveis às vicissitudes do capital” (BROWN, 2018, p. 8). Assim, em nome da produtividade e do crescimento econômico, o cidadão responsabilizado tolera a privação, a insegurança e a exposição ao perigo (BROWN, 2018).

No contexto da pandemia de COVID-19, essa ideia do sacrifício fica evidente, a partir de um discurso que polariza saúde e economia. Assim, em nome da “salvação da economia”, permite-se que alguns se exponham ao perigo de contágio. Ao analisar o contexto de pandemia no Brasil, Safatle (2020b) afirma que estamos observando um deslocamento do paradigma da necropolítica. Enquanto na dinâmica da necropolítica o Estado age com certas classes como um *Estado protetor* e com outras como um *Estado predador*, o que tem se consolidado no contexto pandêmico brasileiro é o abandono, em absoluto, da natureza protetora do Estado, a partir de um discurso de “deixar morrer” e da indiferença frente a milhares de mortes. Assim, “[...] há situações nas quais a lógica do estado predador se generaliza para a integralidade do corpo social, mesmo que nem todos os setores deste corpo estejam no mesmo nível de exposição à vulnerabilidade” (SAFATLE, 2020b, *on-line*). Trata-se do *Estado suicidário*, termo cunhado por Paul Virilio, o qual define um Estado que se volta contra si mesmo. Nessa lógica, justificam-se as mortes em prol de se “garantir empregos”:

A história do Brasil é o uso contínuo desta lógica. A novidade é que agora ela é aplicada a toda a população. Até bem pouco tempo, o país dividia seus sujeitos entre “pessoas” e “coisas”, ou seja, entre aqueles que seriam tratados como pessoas, cuja morte provocaria luto, narrativa, comoção e aqueles que seriam tratados como coisas, cuja morte é apenas um número, uma fatalidade da qual não há razão alguma para chorar. Agora, chegamos à consagração final desta lógica. A população é apenas o suprimento descartável para que o processo de acumulação e concentração não pare sob hipótese alguma. (SAFATLE, 2020a, p. 5)

Para Mbembe (2020a), mesmo antes da pandemia de COVID-19, “a humanidade já estava ameaçada de asfixia” (MBEMBE, 2020, p. 9). Dessa forma, a guerra não se dá especificamente contra um vírus, mas sim “[...] contra tudo o que condena a maior parte da humanidade à cessação prematura da respiração, tudo o que ataca sobretudo as vias respiratórias, tudo que, durante a longa duração do capitalismo, terá reservado a segmentos de populações ou raças inteiras, submetidas a uma respiração difícil e ofegante, uma vida penosa” (MBEMBE, 2020, p. 9).

A desigualdade presente no sistema capitalista foi, desse modo, acentuada com a crise sanitária, tornando a respiração de uns ainda mais difícil. Nesse sentido, embora todos estejam ameaçados, “há uma escala em como os riscos são distribuídos hoje” (MBEMBE, 2020b, *on-line*). Em uma entrevista à *Folha de São Paulo*, Mbembe (2020b) afirmou que a lógica do sacrifício sempre esteve no coração do neoliberalismo, de modo que poderíamos chamá-lo de necroliberalismo. Da mesma forma, Preciado (2020, *on-line*) afirma que “[...] o vírus atua à nossa imagem e semelhança, não faz mais do que replicar, materializar, intensificar e estender a toda a população as formas dominantes da gestão biopolítica e necropolítica que já estavam trabalhando no território nacional e em suas fronteiras”. Dessa forma, para Preciado (2020), a partir de Foucault, a pandemia inscreve as técnicas biopolíticas aplicadas no território nacional para o nível da anatomia política, materializando-as no âmbito do corpo individual.

Mbembe (2020a) defende um “direito universal à respiração”, que vai além dos aspectos biológicos, envolvendo questões ambientais e sociais.

Como aquilo que é a um só tempo fora do solo e nosso solo comum, o direito universal à respiração não é quantificável. Não pode ser apropriável. É um direito em relação à universalidade não só de cada membro da espécie humana, mas do vivo como um todo. Deve, portanto, ser entendido como um direito fundamental à existência. Como tal, não pode ser objeto de confisco, e escapa à toda soberania porque sintetiza o princípio da soberania em si mesmo. Trata-se, ademais, de um direito originário de habitar a Terra, próprio da comunidade universal de seus habitantes, humanos e outros. (MBEMBE, 2020, p. 9)

Esse direito universal à respiração depende, na perspectiva do autor, de todos, não podendo ocorrer às custas de alguns. Trata-se, em nossa visão, de um direito universal à vida e à sua proteção. Para Mbembe (2020a), só seria possível haver “um dia seguinte”, a partir de “uma ruptura gigantesca, produto de uma imaginação radical” (MBEMBE, 2020a, p. 7). De forma semelhante, defende Preciado (2020, *on-line*):

O evento Covid-19 e suas consequências nos chamam a liberar-nos de uma vez por todas da violência com que definimos nossa imunidade social. A cura e a recuperação não podem ser o simples gesto imunológico negativo da retirada do social, do confinamento da comunidade. A cura e o cuidado só podem surgir de um processo de transformação política. [...] Seguir com vida, nos manter vivos como planeta perante o vírus, mas também perante o que possa acontecer, significa colocar em marcha formas estruturais de cooperação planetária. Como o vírus muda, se queremos resistir à submissão nós também devemos mudar. (PRECIADO, 2020)

Nesse sentido, compreendemos que a luta contra o vírus só é possível, de forma plena, a partir de um senso de comunidade, em que todos possuem o direito à respiração e à vida. Sem uma mudança radical na forma como a pandemia vem sendo tratada no país por seus governantes, colocando a economia acima da saúde, não é possível chegar a essa transformação. Como afirma Mbembe (2020b), chegamos a um ponto em que o corpo é arma e o poder de matar foi democratizado. O isolamento social se torna, assim, uma forma de regular esse poder, mas ele depende da cooperação de todos.

A seguir, abordaremos o método utilizado para construção do *corpus* ao qual esta pesquisa faz referência.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A fim de respondermos a pergunta de pesquisa e alcançarmos o objetivo pretendido, escolhemos, como fonte de dados, uma plataforma de notícias *on-line* de grande impacto em Santa Catarina. Apesar de reconhecermos a necessidade de uma discussão que contemple discursos agenciados por várias esferas de poder em âmbito nacional, entendemos que essa tarefa requer uma pesquisa mais extensa que está além das limitações de um artigo. Por essa razão, nosso foco recai sobre o estado de Santa Catarina, cenário no qual nos inserimos. Assim, optamos por uma publicação *on-line*, pois assumimos que seu alcance é maior do que aquele dos jornais impressos, além disso, as notícias podem ser facilmente recuperadas. A plataforma selecionada, no escopo desta pesquisa, foi o portal NSC Total, o qual congrega os jornais *Diário Catarinense*, *A Notícia*, *Jornal de Santa Catarina* e *Hora de Santa Catarina*. Por conta disso, as notícias escolhidas podem fazer parte de qualquer uma das publicações supracitadas.

Em um primeiro momento, fazendo uso dos mecanismos de busca da plataforma, restringimos os resultados àqueles identificados pela *tag* educação. Entretanto, percebemos que essa busca resultou em um número muito grande de notícias, de tal forma que fez-se necessário um refinamento nos critérios de constituição do *corpus* de pesquisa. Nesse sentido, por conta da impossibilidade de analisar todas as notícias sobre o tema educação publicadas desde o início da pandemia², optamos por dois recortes de tempo: março/2020 e março/2021.

Essa escolha foi feita com o intuito de contrastar possíveis mudanças nos discursos do início da pandemia e de um ano depois. Cumpre ressaltar que tais mudanças nesses discursos não podem ser completamente abarcadas pelos dois recortes selecionados, haja vista que muitos fatores ao longo do tempo influenciaram os discursos a respeito da pandemia. Sendo assim, mesmo cientes de que os discursos que emergem em março de 2021 são resultado de um processo muito mais longo, na impossibilidade de analisar todo o período, considerando o escopo deste artigo, delimitamos esses dois recortes supracitados.

A seguir, apresentamos, no Quadro 1, os títulos das notícias encontradas na plataforma referentes ao período de 01 a 31 de março de 2020. Também indicamos as referências e as datas de veiculação na plataforma escolhida.

Quadro 1: Notícias referentes ao período de 01 a 31 de março de 2020

Título da notícia	Referência	Data
Coronavírus: quais os impactos na educação, saúde e serviços em Joinville	Farias (2020)	16/03
Florianópolis amplia medidas contra o coronavírus, suspende aulas e fecha cinemas e outros espaços	Batistella; Paraizo (2020a)	16/03
Coronavírus: governo de SC suspende aulas em todas as redes de ensino	Batistella; Paraizo (2020b)	16/03
Coronavírus: Blumenau suspende aulas de escolas municipais e creches	Bertoli (2020)	17/03
Coronavírus em Blumenau: como ficam educação, serviços e eventos na cidade	Ittner; Bertoli (2020)	17/03

² Consideramos, para fins deste artigo, o início da pandemia em março de 2020, conforme declarado pela OMS (UNA-SUS, 2020).

Coronavírus: prefeitura de Joinville se manifestará sobre suspensão nas aulas nesta terça-feira	Saavedra (2020)	17/03
Em pronunciamento, Bolsonaro critica fechamento de escolas, ataca governadores e culpa mídia	Folhapress (2020)	24/03

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de notícias disponíveis em NSC Total

O Quadro 1 é composto por sete notícias veiculadas nos primeiros dias após os primeiros decretos que tratam da situação da pandemia e seu enfrentamento, sendo assim, a primeira notícia que encontramos é de 16 de março, quando foi decretado o fechamento das escolas. Há notícias anteriores a essa data que abordam medidas de enfrentamento da pandemia; no entanto, não tratam de questões relativas à educação. As notícias selecionadas versam principalmente sobre as medidas restritivas que incidem diretamente na educação, suspensão de aulas no período tanto nas redes municipais quanto na estadual de SC.

O Quadro 2 apresenta os títulos das notícias referentes ao período de 01 a 31 de março de 2021, contendo também os links para acesso e as datas de veiculação na plataforma escolhida.

Quadro 2: Notícias referentes ao período de 01 a 31 de março de 2021

Título da notícia	Referência	Data
Professores são afastados com sintomas de coronavírus em escola de Joinville	Farias (2021)	03/03
Como fica a volta às aulas presenciais em São José, Palhoça e Biguaçu após adiamento em Florianópolis	Paraizo (2021)	03/03
As escolas deveriam reabrir? (Opinião - coluna Marcos Piangers)	Piangers (2021)	05/03
Na Serra, prefeitos decidem pela continuidade das aulas presenciais	Demeneck (2021)	06/03
Profissionais da Educação morrem à espera de leitos de UTI em Camboriú e Navegantes	Machado (2021)	15/03
Aulas presenciais devem voltar em nove cidades da Grande Florianópolis, decide Justiça	Laurindo (2021).	17/03
144 profissionais da educação de Joinville testaram positivo para Covid após volta às aulas	Justina (2021)	17/03
SC tem mais de mil servidores da educação afastados por confirmação ou suspeita de Covid-19	Jorge Jr. (2021)	18/03
Um mês após volta às aulas, 74% das escolas de SC têm modelo misto entre presencial e remoto	Laurindo (2021)	19/03
Professores de Gaspar que integram grupos de risco da Covid-19 podem escolher trabalhar de casa, diz juíza (coluna Pedro Machado)	Machado (2021)	24/03
Funcionária da Educação morre por complicações da Covid-19 em Brusque	Bittencourt (2021)	25/03

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de notícias disponíveis em NSC Total

No Quadro 2 apresentamos onze notícias que emergiram a partir de nossa busca na plataforma NSC Total, dentro da *tag* educação e do período estabelecido, qual seja: de 01 a 31 de março de 2021. As notícias tratam, em sua maioria, do processo de reabertura das

escolas, os motivos para sua reabertura e manutenção das aulas presenciais, e dos efeitos dessa reabertura sobre os profissionais da educação. Uma vez coletadas as notícias que compõem *corpus* de análise, na seção seguinte apresentamos a discussão das notícias com base nos conceitos de biopolítica (a partir do que apresentam FOUCAULT, 2005, 1979a, 2014; ESPOSITO, 2017); necropolítica (MBEMBE, 2018); governamentalidade (FOUCAULT, 1979b); e economização (BROWN, 2017; 2018).

Na seção a seguir, procuramos discutir as notícias selecionadas, confrontando-as com o quadro teórico definido anteriormente.

4 INCIDÊNCIAS DO BIOPODER: DISCUTINDO OS DADOS

Todas as notícias selecionadas abordam questões relativas à educação, dentre elas as principais são o fechamento (em 2020) e a abertura das escolas (em 2021), os motivos pelos quais esse fechamento/abertura deve acontecer e, mais especificamente nas notícias de março de 2021, os protocolos adotados e os casos de COVID-19 registrados nas comunidades escolares. Assim, em consonância com nosso objetivo e com o intuito de sistematizar a discussão, adotamos três categorias: i) fechamento e aberturas das escolas; ii) impacto social do fechamento e da abertura das escolas; iii) impacto da abertura das escolas na saúde dos professores.

Nas seções a seguir discutiremos as notícias a partir das categorias estabelecidas, iniciando por “fechamento e abertura das escolas”, posto que todas as notícias em alguma medida trazem informações a esse respeito. Em seguida, abordaremos a categoria impacto social do fechamento e da abertura das escolas, haja vista que tais impactos, quaisquer sejam, são usados como justificativa para a tomada de decisões a respeito das aulas presenciais. Por fim, discutiremos o impacto da abertura das escolas na saúde dos professores, posto que parte significativa das notícias de março de 2021 trazem informações sobre casos de COVID-19 entre os professores.

4.1 FECHAMENTO E ABERTURAS DAS ESCOLAS

A primeira notícia, intitulada *Coronavírus: quais os impactos na educação, saúde e serviços em Joinville*, publicada em 16 de março de 2020, apresentava um caráter informativo, sem sugerir qualquer efeito sobre os eventos, sem traçar qualquer paralelo com as situações vividas em outros países, já bastante afetados pela pandemia. Na notícia em questão é possível observar apenas a responsabilidade das diferentes esferas em relação à tomada de decisões. Podemos perceber que, em Joinville, a municipalidade seguiu orientações da Secretaria de Educação do Estado, quando da suspensão das aulas.

Ainda em relação ao fechamento das escolas, é possível observar, na notícia *Coronavírus: governo de SC suspende aulas em todas as redes de ensino*, o tensionamento entre os posicionamentos de diferentes esferas governamentais. Enquanto, pela manhã, a Secretaria de Saúde do Estado decide que “ainda não existia a necessidade de suspensão das aulas”, a decisão muda a partir da determinação de suspendê-las em municípios como Florianópolis, Biguaçu e Tubarão, levando o estado a fechar as escolas por 30 dias. O Estado, que tem poder de decidir sobre os corpos, toma diferentes decisões baseadas não no interesse de “salvar” as pessoas, mas em interesses políticos: diferentes agendas levam a diferentes decisões. Como afirmou Mbembe (2018), na contemporaneidade, o poder de decidir quem pode ser sacrificado não é mais exclusivo de uma autoridade suprema; o que há, ao contrário, é “[...] um mosaico de direitos de governar incompletos e sobrepostos, disfarçados e emaranhados, nos quais sobejam diferentes instâncias jurídicas de facto geograficamente entrelaçadas, e nas quais abundam fidelidades plurais, suseranias assimétricas e enclaves” (MBEMBE, 2018, p. 52-53).

Há também, nessa mesma notícia, um destaque para o número de casos no estado (à época eram sete casos confirmados) que motivou o “endurecimento” das medidas de prevenção. Ao compararmos o cenário do período, em 2020, com o quadro de infectados e mortos pela doença em março de 2021, podemos perceber que o interesse em propor medidas restritivas mais severas é menor, o que nos leva a pensar que ao longo desse período de um ano parece ter havido uma alteração da agenda política,

transitando de um poder³ de fazer viver, para um poder de deixar morrer. Tivemos, assim, durante um ano, a transição de um “estado protetor” para um “estado suicidário” (SAFATLE, 2020b), em que “ele [o estado] é o ator contínuo de sua própria catástrofe, ele é o cultivador de sua própria explosão” (SAFATLE, 2020a, p. 2).

Em Blumenau, uma notícia de 17 de março de 2020, *Coronavírus em Blumenau: como ficam educação, serviços e eventos na cidade*, indica que as instituições de ensino superior públicas e privadas se adiantaram (em pelo menos três dias) aos decretos estadual e municipal em relação à suspensão das aulas, o que mostra a preocupação dos profissionais da educação com a saúde da comunidade universitária. Nesse sentido, chamamos a atenção para o caráter difuso do poder, “onde há poder, ele se exerce” (FOUCAULT, 1979a, p. 75), nesse caso, enquanto as diferentes esferas de governo não se manifestavam a respeito da educação, outras esferas entraram em ação.

Ainda referente às notícias de março de 2020, podemos destacar o pronunciamento do presidente em relação ao fechamento de escolas. Percebemos claramente o tensionamento entre as esferas do poder público ao compararmos a fala do chefe do executivo nacional com a do prefeito da cidade de Florianópolis, principalmente no que concerne aos ditos grupos de risco. Enquanto, de um lado, o presidente considerou que não havia necessidade de fechar escolas, pois o grupo de risco seria apenas aquele composto por idosos – “O grupo de risco é o das pessoas acima de 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos.” (*Em pronunciamento, Bolsonaro critica...*, 24/03/2020) –, de outro, o prefeito de Florianópolis defendeu que o fechamento das escolas era necessário, pois os mais jovens integravam um grupo de “transmissores do vírus” – “Precisamos definir novos espaços para ficarem fechados especialmente pelas informações de que os jovens são os grandes transmissores do vírus.” (*Florianópolis amplia medidas contra o coronavírus...*, 16/03/2020).

Podemos dizer que não há uma centralização das ações, isto é, diferentes ações são tomadas em instâncias diversas (instituições privadas, governos municipais, governo estadual), no entanto é possível perceber uma tendência de tomada de decisões por parte dos municípios: alguns municípios tomaram a frente (Florianópolis, por exemplo), seguidos pelo governo estadual, que agiu no mesmo sentido, e outros municípios seguiram a direção do governo estadual. O governo federal, por outro lado, não estabelece nenhuma medida clara de enfrentamento da pandemia e da crise sanitária, posicionando-se reiteradamente contra qualquer ação de prefeitos e governadores em relação ao fechamento das escolas. Embora reconheçamos que o poder é difuso, atuando em várias direções (FOUCAULT, 1979a), em um contexto de crise sanitária, seria uma tendência biopolítica o direcionamento de ações de enfrentamento ao COVID-19, considerando que a finalidade do governo é a população, mais especificamente, a potencialização da vida e da saúde desse corpo social (FOUCAULT, 2014) que produz.

Quando olhamos para as notícias de 2021, um ano após o início da pandemia no Brasil, percebemos que as medidas de enfrentamento ao COVID-19 são ainda mais escassas e divergentes entre as diversas instâncias governamentais. Ao observarmos os poderes responsáveis por abrir e fechar as escolas, por permitirem que determinados grupos do corpo social se coloquem em risco de contaminação, parece haver discrepância entre as ações de representantes municipais e estaduais em SC, como pode ser observado na notícia, *Como fica a volta às aulas presenciais em São José, Palhoça e Biguaçu após adiamento em Florianópolis*, de 03 de março de 2021. De um lado, municípios como Florianópolis e Biguaçu se colocam a favor de um adiamento da volta às aulas presenciais, por conta do momento “gravíssimo da pandemia do coronavírus na região e em toda SC”. Por outro lado, outras cidades seguem normativas do governo estadual, que permite o retorno às aulas presenciais, dando aos pais a tarefa de decidir se enviarão os filhos presencialmente à escola ou não.

A partir de março de 2020 com o fechamento das escolas, portanto na impossibilidade de aulas presenciais, as redes pública e privada adotaram o ensino remoto, o qual manteve-se até o final do ano de 2020. No início de 2021, porém, apesar do estado agravado de crise sanitária, o Estado optou por uma reabertura das escolas em uma modalidade híbrida de ensino (parte do tempo presencialmente na escola, parte do tempo realizando atividades de modo remoto), havendo ainda a possibilidade de ensino remoto,

³ Compreendemos, a partir de Foucault (2009a), a ubiquidade do poder, isto é, o poder é exercido a partir de diferentes lugares e em direções variadas. Logo, temos consciência de que o Estado não é o único que exerce o poder, no entanto, no escopo deste artigo, nos propomos a analisar os discursos veiculados na mídia, os quais se concentram, em grande medida, no poder exercido pelo Estado.

para os casos em que as famílias optarem por não enviarem os filhos à escola. Logo, em março de 2021 a preocupação recaía sobre a abertura ou não das escolas, sendo esse, portanto o foco deste artigo.

Em comparação com o ano anterior, onde os governos municipais se colocavam muito mais como protagonistas na proteção do corpo social, em 2021 essa decisão cabe ao governo estadual ou ao indivíduo. Perguntamo-nos, por que essa mudança agora? A pandemia não se agravou? Centenas de milhares de pessoas morreram no Brasil, mais de 13 mil em SC, mas parece que esse dado já não é relevante. Enquanto em 2020 havia uma grande preocupação por parte dos governos municipais e estadual a respeito da propagação do vírus, essa preocupação parece ter se diluído.

Observamos, dessa forma, que as mortes em massa já foram naturalizadas, especialmente porque alguns já nasceram para serem deixados morrer (FOUCAULT, 2005; MBEMBE, 2018). Com o processo de precarização da educação, o qual vem ocorrendo nos últimos anos, não é de se surpreender que os profissionais da educação estejam entre aqueles substituíveis. Além disso, para Safatle (2020a, p. 5), “[...] os séculos de necropolítica deram ao Estado brasileiro certas habilidades” de “fazer desaparecer os corpos”, por meio da “velha arte de gerir o desaparecimento”, de modo que, por meio de subnotificações de casos ou mesmo do menosprezo dos números, colocam-se vidas em risco.

Além do Governo, outro agente se apresenta buscando tomar a responsabilidade pela reabertura das escolas, em notícia veiculada em 17 de março de 2021, *Aulas presenciais devem voltar em nove cidades da Grande Florianópolis, decide Justiça*; agora é a Justiça que busca determinar o retorno às aulas presenciais. De acordo com o Ministério Público Estadual, as aulas são consideradas serviços essenciais a partir da promulgação de uma lei estadual em dezembro de 2020 (Lei 18.032/2020). Esse dispositivo legal obriga os professores a retornarem à sala de aula mesmo quando atividades não essenciais estiverem suspensas.

Cumpramos ressaltar que, conforme a Lei 7.783, de 28 de junho de 1989, “nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade”. No entanto, conforme essa lei nacional, a educação não é considerada um serviço essencial. Em Santa Catarina, com a Lei 18.032, de 8 de dezembro de 2020, vincula-se a educação à categoria de serviço essencial:

Consideram-se atividades essenciais no Estado de Santa Catarina, ainda que em situação de emergência ou calamidade pública: [...] X - atividades educacionais, aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino; municipal, estadual e federal, relacionadas à educação infantil, ensino fundamental, nível médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), ensino técnico, ensino superior e afins, apenas durante a pandemia de COVID-19. (SANTA CATARINA, 2020)

Um desdobramento dessa lei estadual é o cerceamento do direito do professor de se recusar a trabalhar em condições insalubres. Conforme publicado na referida notícia de 17 de março de 2021, indo de encontro ao determinado pela justiça, a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis defendeu ser necessário continuar com as proibições de retorno às aulas presenciais naquele momento. Mais uma vez se manifesta os tensionamentos entre os discursos de diferentes esferas, cada qual agenciando determinados discursos em prol de agendas específicas.

4.2 IMPACTO SOCIAL DO FECHAMENTO E ABERTURA DAS ESCOLAS

Embora as notícias selecionadas não dessem tanta ênfase para os impactos sociais⁴ da suspensão ou manutenção das aulas presenciais, é possível destacar, em algumas delas, argumentos para justificar seja a abertura, seja o fechamento, das escolas. Essas justificativas, embora pouco desenvolvidas, indicam os possíveis impactos sociais das medidas adotadas.

⁴ Conforme explicitado na seção de metodologia, o recorte deste artigo talvez não nos permita observar possíveis impactos sociais para além do período analisado. Tais impactos talvez sejam percebidos a longo prazo. Além disso, considerando que optamos por uma plataforma de notícias, é possível que a não discussão dos impactos de abertura e fechamento das escolas demonstre um posicionamento dos jornais que compõem o veículo de divulgação escolhido.

Em relação à notícia *Florianópolis amplia medidas contra o coronavírus, suspende aulas e fecha cinemas e outros espaços* (16/03/2020) podemos observar o impacto social do fechamento das escolas e refletir sobre a tomada de decisão da administração municipal de Florianópolis que, mesmo antes de decisão estadual, autorizou a suspensão das aulas. Essa medida, segundo o prefeito da cidade, visava evitar o mesmo que ocorreu na Itália “de ter que escolher quem vai morrer”. Fica claro no discurso do prefeito de Florianópolis que o principal impacto da manutenção das aulas presenciais recai sobre a manutenção da vida, ou na sua extinção, o paroxismo biopolítico (ESPOSITO, 2017). Ademais, a fala do prefeito também evidencia o caráter de positividade da biopolítica nas decisões sobre o enfrentamento à pandemia: o Estado decide com base no princípio de fazer viver, afinal o objetivo do governo é “melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc.” (FOUCAULT, 1979b, p. 289). Cumpre destacar ainda, na fala do prefeito, evidências de necropolítica, onde o Governo aparece como aquele que tem o poder de decidir sobre quem morre.

Ainda sobre o impacto social do fechamento das escolas, em 17 de março de 2020, a notícia sobre a decisão de Blumenau em aderir à suspensão das aulas promulgada pelo governo estadual de SC destaca que não haveria prejuízo do calendário letivo, o qual seria repostado futuramente: “sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente” (*Coronavírus: Blumenau suspende...*, 17/03/2020). Já a administração municipal de Joinville, em notícia do mesmo dia, fala em preocupação com o impacto na educação infantil: “Há preocupação no município, principalmente com os impactos na educação infantil” (*Coronavírus: prefeitura de Joinville...*, 17/03/2020). Entretanto, fica evidente na notícia sobre Joinville que a preocupação é o que fazer com as crianças, uma vez que não há qualquer suspensão de atividades econômicas, ou seja, a escola aparece aqui como local para onde as crianças precisam ir enquanto os pais ou responsáveis estão no trabalho, conforme podemos ver no seguinte trecho: “A preocupação da administração municipal em Joinville é com as crianças de famílias nas quais os pais não podem ficar com elas no horário das aulas”.

O discurso que sugere que a escola não é um espaço de formação/interação, de construção do sujeito, mas sim um depósito ainda se mantém em 2021. Segundo notícia de 06 de março (*Na Serra, prefeitos decidem pela continuidade das aulas presenciais*), não há a possibilidade de fechar as escolas novamente, mesmo com agravamento da crise sanitária, uma vez que setores de serviços e da indústria permanecem funcionando; se tudo está aberto, logo os pais estão trabalhando e seus filhos precisam de um lugar para ficar: “Ficou definido que, por enquanto, as aulas presenciais estão mantidas na região Serrana. Segundo os prefeitos, até que haja uma nova determinação estadual, as aulas nas escolas vão continuar. Na visão deles, não dá para fechar escola enquanto tudo está aberto.”. Nessa mesma notícia, é possível perceber uma alteração no discurso de um ano para outro; enquanto em março de 2020 havia uma urgência em fechar escolas e comércio, em 2021, mesmo com os profissionais da educação contaminados pelo vírus⁵, a escola precisa se manter aberta.

O que essas notícias evidenciam é a *economicização* (BROWN, 2018) da escola e dos sujeitos que nela se inserem. A escola é transformada em um domínio econômico, sua produtividade está justamente em receber as crianças enquanto seus genitores produzem. Essa lógica neoliberal fica clara principalmente porque as notícias em questão nada falam sobre a qualidade do ensino e da aprendizagem com a suspensão das aulas presenciais. Portanto, os discursos agenciados pelo Estado parecem apontar como principal impacto social do fechamento das escolas o prejuízo, ou os empecilhos, gerados à economia.

4.3 IMPACTO DA ABERTURA DAS ESCOLAS NA SAÚDE DOS PROFESSORES

Outro ponto de destaque que pode ser observado em relação às notícias escolhidas é o impacto da abertura das escolas na saúde dos professores. A notícia *Professores são afastados com sintomas de coronavírus em escola de Joinville*, de 03 de março de 2021, aponta um tensionamento entre o corpo social e os representantes do Estado. De um lado há a tentativa de preservar a saúde dos professores e da comunidade escolar, do outro uma resposta que visa minimizar a situação de contaminação dos professores, afirmando que não há necessidade de recorrer a medidas mais drásticas, como o fechamento das escolas, por se tratar de eventos isolados e identificados, que estão sendo monitorados pela vigilância sanitária municipal (outro agente na regulamentação dos corpos).

⁵ Não estamos afirmando que o ensino remoto garanta a saúde dos professores, haja vista o excesso de trabalho que esse modelo pode gerar. Entretanto, considerando a gravidade da crise sanitária e a disseminação do vírus, entendemos que as aulas presenciais aumentariam o risco de contágio.

Aqui também podemos observar um contraponto entre os discursos de março de 2020 e de março de 2021. No ano anterior havia o interesse de fechar as escolas para evitar contaminação, neste ano não há mais esse interesse, embora a contaminação tenha se agravado. Parece evidente uma alteração da agenda política do governo. Apesar da solicitação por parte do conselho escolar e da associação de pais e professores, “a Secretaria de Educação esclarece que não haverá testagem na escola. A orientação para todos os servidores que desejarem é que procurem uma unidade de saúde para realizar o exame”. Ou seja, não se trata de uma testagem em massa. Os professores podem fazer o teste no horário de trabalho, mediante apresentação de atestado “que comprove a realização do exame”. Apesar da aparente postura de tranquilidade em relação à situação por parte da prefeitura, em pouco mais de quinze dias desde o retorno às aulas presenciais em Joinville, este já seria o segundo registro de escolas que tiveram professores afastados por COVID-19 na cidade.

Outra notícia de Joinville, datada de 17 de março de 2021, 14 dias depois dos primeiros relatos de professores acometidos com o vírus após retorno às aulas presenciais, informa haver na cidade 144 profissionais da educação com COVID-19. Embora o número tenha crescido rapidamente em pouco tempo, a administração municipal indica que, em relação ao total de servidores da educação do município, aqueles que estão contaminados correspondem a apenas 5%. Nesse contexto destacamos o conceito de governamentalidade (FOUCAULT, 1979b), que consiste no conjunto de instituições e mecanismos que permitem o exercício do poder, por parte do Estado, sobre a população. O discurso estatístico é importante mecanismo biopolítico acionado pelo governo em prol de uma agenda. Em primeiro lugar, a estatística fornece informações que alimentam o Estado para que intervenha mais eficientemente no controle dos corpos. No caso da contaminação de profissionais da educação, o que pesa não é o número total de pessoas infectadas, nem a situação de saúde dessas pessoas (a gravidade da doença), nem mesmo o potencial de transmissão que elas representam, mas o percentual que esse número representa em um todo (apenas 5% dos profissionais da educação do município). Logo o governo se utiliza do discurso estatístico para garantir a saúde e o bem-estar da população, bem-estar que parece estar mais relacionado à produção econômica, como exposto na seção anterior, do que à manutenção da vida propriamente. É justamente esse poder de fazer viver que, em última instância, deixa morrer.

Ainda que esse retorno presencial inclua os protocolos sanitários estabelecidos pelo Estado (medição de temperatura, higienização frequente das mãos e superfícies, uso de máscaras e distanciamento), a eficácia desses protocolos para a contenção do vírus é passível de discussão. Será que todas as pessoas contaminadas têm temperatura elevada como sintoma? Em que medida as crianças têm capacidade de autorregulação para manter as medidas de segurança, como distanciamento e higienização constante das mãos? Até que ponto a heterorregulação dos professores alcança o cumprimento dessas medidas? Endossando, portanto, um discurso que parece ser o de fazer viver (seguir todos os protocolos sanitários), o Estado cria mais um mecanismo, neste caso, ainda mais silencioso, de deixar morrer.

A prefeitura de Joinville, na mesma notícia citada anteriormente, afirma que manterá as aulas em modelo híbrido, em uma tentativa de manter as crianças seguras, mesmo que os professores precisem se arriscar. Parece não haver destaque, na notícia, para a escolha em relação à segurança para os professores, apenas para a dos alunos. Há também um tensionamento entre os discursos da associação de pais e professores e da prefeitura, uma vez que aqueles solicitaram a suspensão das aulas presenciais em virtude da contaminação pelo vírus da COVID-19. Entretanto, o discurso da APP não se materializa nas atitudes das famílias, que continuam enviando os filhos à escola.

A coluna de Marcos Piangers datada de 05 de março de 2021, *As escolas deveriam reabrir?*, aborda um tema relevante no que concerne à abertura das escolas, qual seja, a imunização dos profissionais da educação. O colunista aponta a necessidade de abertura das escolas, entretanto faz uma ressalva sobre as condições dessa reabertura: que os professores e servidores das escolas sejam imunizados antes desse retorno à sala de aula; que se estabeleçam normas de cuidado com o contágio; e que sejam realizados testes quando houver casos ativos na comunidade escolar. Ou seja, as escolas deveriam reabrir, já que ocupam papel essencial como forma de controle do corpo social, contudo já que o governo não oferece condições (infraestrutura e segurança) para que a escola retome seu papel, não poderia reabrir conforme discute o colunista.

Um efeito da reabertura das escolas sem que se alcance as condições sanitárias ideais é relatado na notícia de 15 de março de 2021 (*Profissionais da Educação morrem à espera de leitos de UTI em Camboriú e Navegantes*), a saber, a morte de duas profissionais da

educação por falta de vagas de UTI. Parece haver, no discurso, uma tentativa de isentar o Estado da responsabilidade pelas condições que levaram à morte de uma das profissionais, uma vez que foi, aparentemente, escolha dela permanecer trabalhando presencialmente, mesmo podendo optar pelo trabalho remoto, por conta de comorbidades: “Kelen tinha obesidade e poderia ter optado por trabalhar de forma remota, mas decidiu ir à creche. De acordo com a diretora da unidade, ela gostava do trabalho e considerava que tinha boas condições de saúde para trabalhar presencialmente”. Por mais que a essa professora tenha sido oferecida a possibilidade de trabalho remoto, essa não é uma escolha possível para a maioria dos professores, que precisam trabalhar presencialmente. Ademais, pode-se questionar os motivos que levaram a professora a optar pelo trabalho remoto: ela teria condições de realizar o trabalho remotamente? Em que medida os discursos que minimizam os riscos da pandemia, são considerados nesse tipo de tomada de decisão?

O mesmo discurso é utilizado em notícia de 25 de março de 2021, *Funcionária da Educação morre por complicações da Covid-19 em Brusque*, a qual informa que a funcionária, “afastada das funções desde o dia 9 de março, quando sentiu os primeiros sintomas”, morreu, pois já possuía comorbidades, não resistindo aos efeitos da doença. Esse discurso apenas visa reforçar questões relacionadas à culpabilidade dos acometidos pela COVID-19, principalmente em uma tentativa de segregar os doentes ou minimizar o perigo da doença em uma parcela da população dita saudável.

No caso dessas duas notícias que relatam a morte de profissionais da educação, o que se configura é um discurso que apresenta o Estado ainda como aquele que potencializa a vida: no primeiro caso deu a possibilidade de a professora trabalhar remotamente, apesar de ela não ter aceitado; no segundo caso, a professora foi afastada quando apresentou sintomas. Se constitui, assim, a figura de um governo benevolente, preocupado com a promoção da vida e do bem-estar do corpo social, mas que, em prol desse bem-estar econômico sobretudo, deixa morrer.

Também podemos pensar no papel das estatísticas como um mecanismo de biopoder ao construir uma narrativa sobre o efeito da reabertura das escolas na saúde dos profissionais de educação. Na notícia de 18 de março de 2021 (*SC tem mais de mil servidores da educação afastados por confirmação ou suspeita de Covid-19*) as palavras do Secretário da Educação Estadual indicam que, apesar de, naquele momento, mais de mil servidores estarem afastados por suspeita de COVID-19, uma minoria testou positivo, ou seja, segundo as palavras do Secretário, um total de 0,16% no quadro de servidores da educação. Minimizar os efeitos da pandemia sobre um subgrupo do corpo social parece ser uma tentativa de deslegitimar os perigos enfrentados pelos profissionais da educação, ou ainda transformar os sujeitos em números, a fim de produzir, no leitor, um efeito de distanciamento entre o dito e o que se efetivou na realidade.

Outra forma de construir uma narrativa sobre as possibilidades de reabertura da escola de forma segura é o indicativo de que há a possibilidade de manter os alunos em casa, caso seja desejo dos pais. Em 19 de março (*Um mês após volta às aulas, 74% das escolas de SC têm modelo misto entre presencial e remoto*), noticiou-se que a maioria das escolas do estado vem funcionando de maneira mista, ou seja, há encontros presenciais ou *on-line*, dependendo da vontade dos pais. O que significa esse modelo misto: há uma suposta garantia de segurança para os alunos, pois os pais que não concordam com a abertura das escolas podem manter seus filhos em casa, por outro lado os pais que defendem a abertura podem mandar os filhos para a escola. Nesse cenário, os que se sacrificam são os professores. Uma categoria fragilizada, sem escolha, que além de ter que se expor, se colocando em risco, precisa fazer trabalho duplo (preparar aulas presenciais e atividades *on-line*) sem que haja compensação financeira por esse trabalho extra. Em última instância, pelo que pode ser observado pelo fato narrado, é que a escolha deve ser sempre dos pais, uma vez que a escola deve permanecer aberta, pois quando municípios decidem suspender as atividades escolares o Ministério Público contesta tal decisão, defendendo a ideia de que, ao seguir os protocolos de higienização, as escolas representam baixo risco de contaminação.

Mesmo quando o discurso jurídico dá suporte ao professor, ainda que a um subgrupo de professores, o chamado grupo de risco, para que haja a preservação da vida, autorizando o trabalho remoto, esta situação não é aceita pelo poder público. Segundo a notícia de 24 de março de 2021, *Professores de Gaspar que integram grupos de risco da Covid-19 podem escolher trabalhar de casa, diz juíza*, mesmo autorizados a trabalharem remotamente, a prefeitura parece ir contra esse direito, mais uma vez reforçando o discurso da educação como serviço essencial, solicitando que os professores “colaborem” e sigam trabalhando presencialmente, pois argumentam não haver vagas de trabalho remoto para todos os que compõem o grupo de risco. Mais uma vez se manifestam

tensionamentos entre os administradores municipais e a justiça, o que ilustra que não é a legislação, o poder de lei, que garante necessariamente o controle sobre os corpos, existem outros mecanismos, dispositivos discursivos, atuando para a regulamentação do corpo social.

Em todas as notícias que tratam dos impactos da abertura das escolas para a saúde dos professores, estes são concebidos praticamente como *zoé* (vida nua, não qualificada) e não como *bíos* (vida qualificada, vida política), haja vista que são esses os corpos que se podem deixar morrer. Os profissionais da educação estão entre a parcela da população que, no limite, pode morrer para a garantia da manutenção da vida e do bem-estar do corpo social, afinal o objeto da biopolítica não é o indivíduo, “mas os processos biológicos do homem-espécie e [se trata] de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação.” (FOUCAULT, 2005, p. 294).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, com base nos conceitos de biopolítica (a partir do que apresentam FOUCAULT, 2005, 1979a, 2014; ESPOSITO, 2017), necropolítica (MBEMBE, 2018); governamentalidade (FOUCAULT, 1979b), e economicização (BROWN, 2017, 2018), buscamos discutir os tensionamentos nos discursos a respeito da educação e fechamento das escolas durante a pandemia de COVID-19 em dois momentos: início da pandemia (março/2020) e auge da pandemia (março/2021). Nosso foco recaiu sobre o cenário catarinense, no qual nos inserimos, com a seleção de notícias sobre o contexto educacional do estado.

Considerando o conteúdo das notícias selecionadas, organizamos nossa discussão em três categorias de análise sobre as quais se articulam os discursos: i) fechamento e aberturas das escolas; ii) impacto social do fechamento e da abertura das escolas; iii) impacto da abertura das escolas na saúde dos professores. Em nossa discussão destacamos primeiramente os tensionamentos entre várias esferas de governo (municipal, estadual, jurídica), o que ilustra a ubiquidade do poder, o qual, para Foucault (1979a), atua em várias direções, sempre incidindo sobre os corpos para potencializar a vida.

Os tensionamentos discursivos se manifestam por meio de situações variadas. Entre elas destacamos o uso das estatísticas como instrumento de governamentalidade, agenciada pelo Estado como forma de garantir e potencializar a vida, porém não a vida dos indivíduos, os quais não são objetos da biopolítica, mas a vida do corpo social, da população enquanto corpo que produz. É justamente essa preocupação com a produção que leva a uma mudança de postura a respeito do fechamento das escolas de março de 2020 para março de 2021. No primeiro período o fechamento das escolas era entendido como necessário para a manutenção da vida, no segundo período, por outro lado, a abertura das escolas é defendida como necessária para o bem-estar social, este diretamente associado à economicização (BROWN, 2018) dos sujeitos. Nesse sentido, o Estado revela seu potencial necropolítico: o poder de decidir quem pode morrer.

Assim, retomamos nossa pergunta de pesquisa: de que modo se articulam na mídia os discursos a respeito da educação e fechamento das escolas durante pandemia em dois momentos: início da pandemia (março/2020) e auge da pandemia (março/2021)? Entendemos que os discursos sobre a educação e fechamento das escolas servem a diferentes agendas nos dois períodos investigados, conforme exposto acima. Em ambos os casos, porém, o Estado exerce seu poder biopolítico, o controle sobre os corpos para potencializar a vida, que, no limite, é um poder de morte. No cenário em tela, os profissionais da educação acabam reduzidos à dimensão de *zoé*, vida não qualificada, sendo assim os corpos passíveis de serem matados em prol da manutenção da economia que garantiria a manutenção da vida do corpo social.

Por fim, chamamos a atenção para o fato de que todas as notícias analisadas neste artigo tratam especificamente da situação da educação pública, o que leva à questão: qual é a situação dos profissionais de educação da rede privada? Reconhecemos que os períodos investigados são curtos e notícias a esse respeito podem ter sido veiculadas em outros momentos ao longo do ano. No entanto, o fato de não se questionar, no início do ano letivo, sobre a situação dos profissionais de educação que atuam em escolas privadas demonstra ainda mais a fragilidade desse grupo. Nesse sentido, apontamos para a necessidade de futuras pesquisas, tanto

para discutir os discursos a respeito da situação na rede privada quanto, em perspectiva mais ampla, as articulações de diversas instâncias no cenário nacional.

REFERÊNCIAS

BATISTELLA, C.; PARAIZO, L. Florianópolis amplia medidas contra o coronavírus, suspende aulas e fecha cinemas e outros espaços. *Hora de Santa Catarina*, 16 mar. 2020a. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/florianopolis-amplia-medidas-contr-o-coronavirus-suspende-aulas-e-fecha-cinemas-e-outros>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BATISTELLA, C.; PARAIZO, L. Coronavírus: governo de SC suspende aulas em todas as redes de ensino. *Diário Catarinense*, 16 mar. 2020b. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/coronavirus-governo-de-sc-suspende-aulas-em-todas-as-redes-de-ensino>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BERTOLI, B. Coronavírus: Blumenau suspende aulas de escolas municipais e creches. *Santa*, 17 mar. 2020. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/coronavirus-blumenau-suspende-aulas-de-escolas-municipais-e-creches>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BITTENCOURT, B. Funcionária da Educação morre por complicações da Covid-19 em Brusque. *Santa*, 25 mar. 2021. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/funcionaria-da-educacao-morre-por-complicacoes-da-covid-19-em-brusque>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BOLSONARO, J. *Pronunciamento de 24 de março de 2020*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BROWN, W. *Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Trad. Juliane Bianchi Leão. Rio de Janeiro: Zazie edições, 2018.

BROWN, W. Revisando Foucault: homo politicus e homo oeconomicus. Trad. Danielle Guizzo Archela, Gustavo Hessmann Dalaqua e Sibebe Paulino. *dois pontos*, Curitiba, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 265-288, abr. 2017.

DEMENECK, E. Na Serra, prefeitos decidem pela continuidade das aulas presenciais. *NSC Total*, 06 mar. 2021. <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/eduarda-demeneck/na-serra-prefeitos-decidem-pela-continuidade-das-aulas-presencias>
ESPOSITO, R. *Bíos – biopolítica e filosofia*. Trad. Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017.

FARIAS, H. Coronavírus: quais os impactos na educação, saúde e serviços em Joinville. *NSC Total*, 16 mar. 2020. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/coronavirus-quais-os-impactos-na-educacao-saude-e-servicos-em-joinville>. Acesso em: 26 jan. 2022.

FARIAS, H. Professores são afastados com sintomas de coronavírus em escola de Joinville. *A Notícia*, 03 mar. 2021. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/oito-professores-sao-afastados-com-sintomas-de-coronavirus-em-escola-de-joinville>. Acesso em: 28 jan. 2022.

FOLHAPRESS. Em pronunciamento, Bolsonaro critica fechamento de escolas, ataca governadores e culpa mídia. *Diário Catarinense*, 17 mar. 2020. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/em-pronunciamento-bolsonaro-critica-fechamento-de-escolas-ataca-governadores-e-culpa-midia>. Acesso em: 28 jan. 2022.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France, 1975-1976. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 285-315.

FOUCAULT, M. Entrevista com Michel Foucault [1977]. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos IX*: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Trad. Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 13-34.

FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1979a. p. 69-78.

FOUCAULT, Michel. Governamentalidade. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1979b. p. 277-293.

ITTNER, A.; BERTOLI, B. Coronavírus em Blumenau: como ficam educação, serviços e eventos na cidade. *Santa*, 22 mar. 2020. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/coronavirus-em-blumenau-como-ficam-educacao-servicos-e-eventos-na-cidade> Acesso em: 28 jan. 2022.

JORGE Jr. SC tem mais de mil servidores da educação afastados por confirmação ou suspeita de Covid-19. *NSC Total*, 18 mar. 2021 <https://www.nsctotal.com.br/noticias/sc-tem-mais-de-mil-servidores-da-educacao-afastados-por-confirmacao-ou-suspeita-de-covid>. Acesso em: 28 jan. 2022.

JUSTINA, P. 144 profissionais da educação de Joinville testaram positivo para Covid após volta às aulas. *A Notícia*, 17 mar. 2021. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/144-profissionais-da-educacao-de-joinville-testaram-positivo-para-covid-apos-volta-as>. Acesso em 28 jan. 2022.

LAURINDO, J. Aulas presenciais devem voltar em nove cidades da Grande Florianópolis, decide Justiça. *Santa*, 17 mar. 2021a. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/aulas-presenciais-devem-voltar-em-nove-cidades-da-grande-florianopolis-decide-justica>. Acesso em: 28 jan. 2022.

LAURINDO, J. Um mês após volta às aulas, 74% das escolas de SC têm modelo misto entre presencial e remoto. *Diário Catarinense*, 19 mar. 2021b. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/um-mes-apos-volta-as-aulas-74-das-escolas-de-sc-tem-modelo-misto-entre-presencial-e-remoto>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MACHADO, G. Profissionais da Educação morrem à espera de leitos de UTI em Camboriú e Navegantes. *Santa*, 15 mar. 2021. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/duas-profissionais-da-educacao-morrem-a-espera-de-leitos-de-uti-no-litoral-norte-de-sc>. Acesso em: 28 mar. 2021.

MACHADO, P. Professores de Gaspar que integram grupos de risco da Covid-19 podem escolher trabalhar de casa, diz juíza. *NSC Total*, 24 mar. 2021. <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/pedro-machado/professores-e-servidores-da-educacao-de-gaspar-podem-trabalhar-de-casa>. Acesso em 28 jan. 2022.

MBEMBE, A. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo, n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. *O direito universal à respiração*. Tradução de Ana Luiza Braga. Disponível em: https://pospsi.com.br/wp-content/uploads/2020/09/TEXTOS_20-achille-mbembe.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

MBEMBE, A. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da 'necropolítica'. Entrevista de Diogo Bercito. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>. Acesso em: 26 abr. 2021.

PARAIZO, L. Como fica a volta às aulas presenciais em São José, Palhoça e Biguaçu após adiamento em Florianópolis. *Hora de Santa Catarina*, 03 mar. 2021. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/como-fica-a-volta-as-aulas-presenciais-na-grande->

PIANGERS, M. As escolas deveriam reabrir?. *NSC Total*, 05 mar. 2021. <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/marcos-piangers/as-escolas-deveriam-reabrir>. Acesso em: 28 jan. 2022.

PRECIADO, P. Aprendendo com o vírus. *AGB-Campinas Trad.* Gustavo Teramatsu e Wagner Nabarro. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/site/2020/paul-b-preciado-aprendendo-com-o-virus/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

SAAVEDRA. Coronavírus: prefeitura de Joinville se manifestará sobre suspensão nas aulas nesta terça-feira. *NSC Total*, 17 mar. 2020. <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/saavedra/coronavirus-prefeitura-de-joinville-se-manifestara-sobre-suspensao-nas-aulas> Acesso em: 28 jan. 2022.

SAFATLE, V. *Bem-vindo ao Estado suicidário*. Pandemia Crítica. São Paulo: N-1 Edições, 2020a.

SAFATLE, V. *Para além da necropolítica*. 2020b. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/10/24/para-alem-da-necropolitica-por-vladimir-safatle/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

SANTA CATARINA. *Coronavírus: boletim epidemiológico*. 31 de março de 2021. Disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/boletim-epidemiologico-31-03-2021.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022.

SANTA CATARINA. Decreto nº 509, de 17 de março de 2020. Dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina de 17 de março de 2020*. 2020a. Disponível em: http://dados.sc.gov.br/dataset/149a36ac-19c6-47b3-b873-9c0512f7a4db/resource/183dd81f-ea4e-41b6-b8d3-8c8bde639b64/download/decreto_509-17.03.2020.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

SANTA CATARINA. *Lei Nº 18.032, de 8 de dezembro de 2020*. Dispõe sobre as atividades essenciais no Estado de Santa Catarina. 2020b. Disponível em: http://leis.ale.sc.gov.br/html/2020/18032_2020_lei.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2018.032%2C%20DE%208%20DE%20EZEEMBRO%20DE%202020&text=Decreto%3A%201.003%2F20%3B%20DOE1003,no%20Estado%20de%20Santa%20Catarina. Acesso em: 29 abr. 2021.

UNA-SUS. *Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus*. 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 26 jan. 2022.



Recebido em 30/04/2021. Aceito em 19/07/2021.